



## A VALORIZAÇÃO DO TRABALHO PELO IMIGRANTE E A PROPOSTA DA SOCIEDADE CENTRAL DE IMIGRAÇÃO.

Arthur Daltin Carrega\*

Ao longo do século XIX observamos um aumento significativo de emigrações dos países europeus em direção aos Estados Unidos e aos países da América Latina, entre eles o Brasil. Fluxo causado por uma série de problemas sociais e econômicos na Europa e no caso do Brasil por fatores ligados a crise da mão de obra, resultante do processo de abolição da escravidão e da vontade das autoridades em ocupar terras devolutas, ainda muito numerosas. Os imigrantes, no entanto, tinham uma mentalidade muito diferente da mentalidade dos senhores de terras e escravos do Brasil, pois classificavam o trabalho na lavoura com uma visão positiva. Chegavam com o sonho de obter um pedaço de terra e retirar dele seu próprio sustento, considerando o trabalho na lavoura como uma forma de conquistar a liberdade individual e a propriedade privada sonhados nas terras de origem. Em outras palavras, os imigrantes viam o trabalho como o principal meio de ascensão social. No Brasil, entretanto, a mentalidade escravista era visível, mesmo após a Lei Áurea de 1888, que aboliu oficialmente a escravidão no país. O período colonial havia desenvolvido formas de relações sociais que seriam difíceis de destruir, tanto que até hoje encontramos formas de estereotipar e desmoralizar os trabalhos manuais (COSTA. 2010, p. 13). A visão majoritária dos escravos no Brasil era, portanto, de considerar o trabalho como parte de sua prisão. Já os senhores usavam a coerção e a violência como meios de garantir a dedicação de seus escravos à função estabelecida. Ou seja, para os brasileiros, era descartada a possibilidade de ascensão social por meio do trabalho. A dicotomia observada dificultou a integração do imigrante na sociedade brasileira e o reconhecimento seu reconhecimento como agricultor autônomo.

Preocupados com a modernização técnica, científica e material do país fundou-se no Rio de Janeiro a *Sociedade Central de Imigração*, que militou a favor de melhorias na estrutura e nas leis do país com intuito de garantir ao imigrante a inclusão social, o acesso à propriedade de terra e a estrutura necessária para comercializar os seus produtos. Lutavam para que o imigrante fosse acolhido pelo governo e pelo povo brasileiro, reconhecido socialmente e, assim, compusesse a “grande nação” brasileira.

A visão da *Central*, no entanto, não deve ser entendida como altruísta, já que lutavam por interesses que julgavam patrióticos e não interesses dos imigrantes. Eles tinham um projeto

---

\* Mestrando em História pela FCL – UNESP/ Assis.

modernizador, do qual esses interesses faziam parte. Compravam a tese de que a civilização estava do outro lado do atlântico e que a imigração europeia seria capaz de trazer para o país o desenvolvimento observado na Europa nas décadas anteriores.

Segundo Eric Hobsbawn, a revolução industrial, de caráter econômico, e a francesa, de caráter político, desenvolveram novas ideias, novos sonhos, novos parâmetros para a sociedade. Surgiu uma nova *classe média*<sup>1</sup>, novas teorias econômicas e filosóficas. A relação do homem com o futuro e a ideologia secular também foi alterada. As comunicações se desenvolveram exponencialmente com o advento da ferrovia, permitindo uma circulação muito maior de mercadorias, pessoas e informações. O termo liberdade ganhou outro conteúdo político, pois passou a fazer parte do vocabulário revolucionário e ganhou importância na agitação do povo. (HOBSBAWN, 2014. p. 98). Esse ambiente foi responsável pela formação da mentalidade europeia do século XIX, que expandiu as ideias iluministas de liberdade e da igualdade para um grupo de pessoas que até esse momento da história não conhecia, nem tinha o direito de construir o próprio destino. Podemos entender o século XIX como o século no qual a burguesia atingiu suas pretensões da revolução de 1789 e conseguiu consagrar os valores morais da “nova” ordem, entre os quais estava a busca pela propriedade privada e a conquista da liberdade individual.

Sobre o processo destacam-se as reflexões do historiador inglês Christopher Hill, que afirmou que as vésperas da revolução puritana de 1640 a terra precisou ser incluída nos mercados como mercadoria para consolidação do sistema capitalista. O resultado foi à canalização do capital acumulado nas cidades e a expulsão dos camponeses das terras (HILL. 1983, p. 29). Sabe-se que o processo não foi exclusivo da Inglaterra e podemos pensar na acumulação de um grande contingente de pessoas nas cidades, que tinham um conhecimento técnico para o trabalho na terra, mas que não exerciam essa função.

Temos que pensar ainda nos problemas sociais e econômicos europeus decorrentes do crescimento populacional e da falta de mercados consumidores na Europa do século XIX. O continente assistiu a um intenso crescimento populacional. Os avanços medicinais, o conhecimento melhorado da anatomia humana, as preocupações higiênicas desenvolvidas a partir da revolução industrial permitiram a prevenção de doenças com maior eficiência e população europeia praticamente dobrou de tamanho.

---

<sup>1</sup> *Midle Class*

Aliado aos problemas sociais, podemos destacar que a economia europeia precisava de novos mercados consumidores para uma saída lucrativa dos produtos industrializados. Segundo Hobsbawm esse impasse só seria resolvido com o advento da estrada de ferro, do telegrafo e do uso do vapor. Invenções que permitiram a expansão da economia capitalista e a conquista do espaço geográfico por meio do imperialismo. Em outras palavras, do “desenvolvimento de uma política deliberada por parte dos estados europeus de anexação de povos e territórios com vistas à expansão dos mercados capitalistas ou mesmo de intervenção indireta em países independentes” (GONÇALVES. 2011, p. 336).

Do outro lado do atlântico, a America ainda contava com grandes áreas de terras devolutas, que eram consideradas um problema para os governos há séculos. Soma-se a essa conjuntura o desenvolvimento e crescimento das teorias abolicionista e a consequente valorização do trabalho livre. Segundo Gervasio Rezende a experiência do trabalho livre tem importância fundamental no Brasil, pois foi através dela que as reformas das relações sociais de produção foram possíveis, além disso, o autor mostra que há uma relação complexa entre a produção dos setores de exportação – café em São Paulo e a Cana em Pernambuco – e a dos setores de subsistência, na qual, o segundo, praticado por pobres, se reconstitui continuamente “não importando a taxa de expansão do setor de reprodução. A explicação desse aparente paradoxo é simplesmente o papel desempenhado pelo setor de subsistência na reprodução da força de trabalho e desta maneira do próprio setor capitalista” (REZENDE. 1980. p. 214).

No Brasil havia ainda uma preocupação muito antiga com a ocupação das terras devolutas, as primeiras experiências datam dos tempos de Dom João VI, que estimulou a vinda de suíços e açorianos para o Brasil. Em 1850 foi assinada no país a Lei de Terras, que tornou a compra como único meio para aquisição de terras no país, o resultado, semelhante ao processo discutido por Hill na Inglaterra, foi à transformação das terras em mercadoria.

No mesmo ano observa-se a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz, que proibia o tráfico de escravos. A lei anunciou aos senhores de escravos que esta forma de mão de obra seria abolida mais cedo ou mais tarde. Os senhores, que há séculos dependiam dos escravos se viram obrigados a buscar novas alternativas para a produção de suas fazendas e os europeus eram vistos como um povo civilizado e acostumados a trabalhar na terra.

A soma dos problemas sociais – o aumento populacional e a consequente pobreza – e econômicos – necessidade de investimentos do capital acumulado em novos mercados consumidores – na Europa e da baixa densidade demográfica e da crise da mão de obra, no

Brasil, resultou em um fluxo migratório constante da segunda metade do século XIX até as primeiras décadas do século XX. Milhares de famílias cruzaram o Atlântico em busca do sonho da propriedade de terra e de melhores condições de vida.

No entanto, novos debates surgiram, pois a conjuntura política, social, cultural e econômica deveria sofrer alterações a partir de um novo elemento identificado – o trabalhador livre. Uma mudança que não seria fácil, pois como dito havia no país uma mentalidade escravista herdeira dos tempos de colônia que não aceitaria ver mudanças nas leis que abalasses o *status quo*. Fica claro que o conflito entre senhores de terras e imigrantes era eminente, principalmente na província de São Paulo, que desenvolveu uma política de imigração baseada no abastecimento da mão de obra para as fazendas de café, encarando os imigrantes europeus apenas como substitutos dos escravos, os quais poderiam ser controlados através da coerção pela violência. Já os imigrantes, buscavam as liberdades individuais e o sonho de enriquecimento pelo trabalho prometidos ao zarpar na Europa.

A *Sociedade Central de Imigração* soube identificar esses problemas sociais na Europa e no Brasil, bem como as vontades dos imigrantes ao zarpar e militava pela modernização de todo território nacional através da imigração espontânea. Acreditavam que os imigrantes contribuiriam para este projeto “naturalmente”, pois identificavam este com individualistas de enriquecimento. Consideravam assim como problema convencer os europeus de que o Brasil seria um bom destino. Impasse que seria resolvido através do melhoramento das condições políticas, jurídicas e estruturais do Brasil e pela propaganda. Buscavam através da propaganda consagrar no país a ideia de que os imigrantes como trabalhadores livres e pequenos proprietários seriam capazes de contribuir para o desenvolvimento material do Brasil e com a formação da “grande nação”. Essa preocupação é encontrada no estatuto da *Sociedade*, publicado no primeiro boletim.

“§ 4.º De crear, logo que fôr possível, um grande órgão de propaganda nesta corte, para formar opinião no paiz e exercer conveniente influencia sobre a marcha das cousas publicas em relação á immigração européa” (*A imigração*. vol. 1, p. 1).

A propaganda seria feita também na Europa, em países potencialmente fornecedores de imigrantes. Também publicado no estatuto.

“§ 5.º De, finalmente, quando houver meios para isso, promover propaganda directa nos paizes da Europa, que melhores immigrants forneçam” (*A imigração*. vol. 1, p. 1).

A propaganda tem importância fundamental para a *SCI*, pois garantiria acreditavam que o imigrante deveria chegar de maneira espontânea e no caso de ter atendido seus interesses, fariam naturalmente uma fama positiva do Brasil e das condições dadas ao trabalho através de cartas enviadas a parentes e amigos. As mesmas poderiam construir a má fama do país, caso as condições fossem desfavoráveis, por isso apostavam em uma propaganda verdadeira. Argumento claro no boletim 41:

“Prezamos a propaganda que se effectuar-por este e por outros meios, leaes o sinceros. Para attrahir immigrants não é necessário inspirarlhes esperanças illusorias nem estabelecer paralelos odiosos a outras regiões empenhadas, como nós, na obra do povoamento. Tornando bem conhecioas, por trabalho activo e perseverante, as condições da imigração no Brazil, não teremos ele temer por esto laelo nenhuma concurrencia” (*A Imigracão*. vol. 41, 1888, p. 7).

Sobre as condições do país, a *Sociedade* lutava para que o imigrante garantisse o acesso a terra e tivesse respeitada sua condição de homem livre. Julgavam o latifúndio como o símbolo do atraso material brasileiro e sugeriam o loteamento das fazendas e das terras devolutas. Michael Hall, ao refletir sobre a *Sociedade* chama a atenção para uma interessante declaração de um de seus fundadores, Karl Von Koseritz: "Nós declaramos guerra ao latifúndio", escreveu, "e tentamos levar à vitória o sistema da pequena propriedade, com a introdução de colonos agrícolas" (HALL. 1976, p. 148) <sup>2</sup>.

Os membros da *Central* lutaram ainda pelo reconhecimento e respeito das religiões dos imigrantes e pelo direito de se casar no país, além da “grande naturalização”, que segundo eles seria capaz de formar no país uma “Grande Nação”, a qual incorporaria os imigrantes não só como habitantes do país, mas também parte da sociedade brasileira. Argumento expresso na primeira edição do boletim lançada em 1883:

“*Exm. Sr. – A crise do trabalho que esmagadora se apresenta ao paiz, e a incontestavel verdade que a grande lavoura deve ir cedendo logar à pequena propriedade rural, que genereralisando a producção, aproveitará todos os thesouros occultos em nosso fertil solo, fazem com que todas as vistas se inclinem anciosas para a imigração, à qual a grande União do Norte deve esse immenso*

---

<sup>2</sup> O texto a que Hall se refere é *Imagens do Brasil*, publicado pela editora Melo Franco (São Paulo), pp. 215-219.

*progresso que assombra o mundo. Tanto é assim que o poder legislativo [...] dirige suas vistas para a grande naturalização e para a instituição do casamento civil, condições essenciaes para que possa formar-se uma espontanea corrente de emigração para o Brazil [...]" (A Imigração. vol. 1. 1883 p. 3).*

Michael Hall chamou a atenção ainda para os principais líderes da sociedade. Segundo ele, eram todos homens da nova classe media urbana, cujas ideias já gozavam de certo prestígio e popularidade. Henrique Beaurepaire Rohan, primeiro presidente da sociedade, tinha a vida profissional dedicada à burocracia civil e militar, foi menos ativo em publicações escritas durante sua gestão na *SCI* devido a problemas de saúde, mesmo assim era muito conhecido pela crítica que fazia aos latifundiários e pela sua preferência a pequena propriedade e imigração europeia. Alfredo d'Escagnolle Taunay, primo de Rohan, era um respeitado escritor e político influente. Vinha de uma família de artistas franceses, acreditava na superioridade da civilização do velho mundo e que esta seria capaz de transformar o Brasil. É apontado por Hall como o mais ativo entre os sócios (HALL, 1977. p. 148).

André Rebouças era conhecido dentro do movimento abolicionista antes mesmo da fundação da sociedade. É apontado como o mais radical membro da sociedade, devido retaliações que sofreu de latifundiários por sua militância a favor de acabar com a escravidão. Existiam ainda diversos membros da *SCI*, de igual importância, como, Antônio Enês de Souza, que era engenheiro e havia estudado na Europa. José Américo dos Santos, também engenheiro. Ferreira de Araujo, que era jornalista (HALL, 1977. p. 153).

Para a divulgação de suas ideias, o principal meio usado pela *SCI* era o boletim *A Imigração*, publicado em forma de jornal desde sua fundação em 1883 até o encerramento de suas atividades em 1891. Com preocupação essencialmente ideológica, o boletim contava apenas com textos essencialmente ideológicos, mas em alguns casos também divulgavam informações sobre a infraestrutura e o clima de cada colônia, informações que julgavam pertinentes aos europeus que tivessem interesse na imigração e aos governos imperial, provinciais e municipais, que estivessem dispostos à divulgação e veiculação de propagandas do país entre os países europeus. No boletim, impresso e publicado pela própria *SCI*, não existia nenhuma propaganda ou iconografia.

Declaravam-se como “aliados dos imigrantes” propostos a oferecer serviços aos que chegavam e as famílias, contra as arbitrariedades que porventura pudessem sofrer por parte senhores ou do governo, sem fins lucrativos. No boletim de janeiro de 1885 observa-se:

“Passar da exploração do homem pelo homem, na condenada escravidão, para o imigrante proprietário, livre e independente, ó realizar uma evolução importantíssima, que exige muito tempo e muito trabalho” (A *Imigração*. vol. 8, 1885, p. 1).

A *SCI* era contra o uso de verbas publicas no transporte de imigrantes e nem tinham pretensão de administrar as verbas das províncias ou do império no sentido do favorecimento de sua ideologia. Apenas usavam o seu boletim como uma ferramenta de argumentação, que chamasse a atenção do governo para problemas sociais e econômicos enfrentados pelos imigrantes em terras brasileiras.

Colocavam-se contra a imigração subsidiada e os contratos de locação de serviços, pois acreditavam que o desenvolvimento real do país se daria através do imigrante disposto ao trabalho na própria terra. Buscavam valorizar o imigrante que chegasse espontaneamente, pois acreditavam que este buscava através do trabalho a propriedade e as conquistas materiais sonhados ainda no seu país de origem.

Usavam constantemente exemplos de políticas de sucesso nos Estados Unidos e na Argentina como apelo às autoridades e a sociedade para aceitar a presença imigrante como trabalhadora como parte do desenvolvimento econômico e cultural que desejavam e previam para o Brasil. Como observamos na tabela a seguir, publicada ainda no primeiro ano de funcionamento da instituição.

*“O movimento emigratorio europeu, introduzio nos Estados-Unidos, desde o anno de 1820, até fins de 1882, o seguinte numero de immigrants, segundo dados muito positivos e exactos tirados do Quarterly report of the chief of burcau of statistists:”*

1821 a 1830.....	143.439
1831 a 1840.....	599.125
1841 a 1850.....	1.713.251
1851 a 1860.....	2.298.214
1861 a 1870.....	2.466.752
1871 a 1880.....	2.954.695
1881.....	720.042
1882.....	730.349
<hr/> Total	<hr/> 11.925.870

*Isto é mais ou menos toda a população do Brazil”* (A *Imigração*. vol. 2 1883 p. 6).

As propostas pela divisão das fazendas em pequenas propriedades e a critica a imigração subsidiada permitem afirmar que a *Central* fez oposição ao projeto imigrantista paulista – apesar de não usarem um discurso agressivo contra esse tipo de atividade – pois este estava

mais preocupado com a manutenção de um fluxo imigratório constante que garantisse o abastecimento de mão de obra a baixos custos das fazendas de café. Os membros da *SCI* davam preferência à política dos núcleos coloniais autônomos, que garantissem a liberdade ao imigrante e sem privilegiar nenhuma região. Apesar de reconhecerem a importância da província de São Paulo para o desenvolvimento econômico do país. Ainda no primeiro ano de publicações observa-se:

*“Com orgulho de Brasileiros repetimos: para a energia paulista não ha obstáculos. Por si póde Ella muito, tudo póde; e é com a maior confiança que appellamos para essa Provincia, considerada na comunhão nacional como a mais capaz dos elevados e generosos empreendimentos.” (A Imigração.vol. 2, 1883 p. 3).*

Os motivos que levam a preferência da *SCI* por São Paulo estão ligados ao grande número de ferrovias e a sua força econômica. Na mesma edição *A Central* afirmava que pretendia transformar São Paulo no “laboratório mais apropriado á consecução de um grandioso e patriótico pensamento” (*A Imigração*. vol. 2, 1883 p. 4).

São Paulo no final da década de 80 já era a província mais rica da nação devido à alta rentabilidade do café, principal produto de exportação do país na ocasião. Essa situação favorável permitiu a província atrasar ao máximo a abolição da escravidão e a partir do momento em que era inevitável escolheu o trabalhador e a forma como este atuaria nas fazendas. Evidente que os grandes latifundiários paulistas não concordavam com os interesses da *SCI* de lotear as fazendas em pequenos lotes, além disso, tinham interesse nas terras não cultivadas do oeste paulista, sendo contrários, portanto, ao loteamento e venda região em pequenas propriedades.

Os cafeicultores tinham interesse em formar na província um exercito de trabalhadores rurais que abastecesse constantemente as fazendas a baixo custo. Foram representados pela *Sociedade Promotora de Imigração*, que ao longo de sua existência administrou verbas públicas destinadas à imigração subsidiada, a qual cobriria os gastos do imigrante com a viagem caso ele escolhesse o trabalho nas fazendas de café e deveria pagar esse adiantamento com parte de sua produção. O sistema fracassou, pois os imigrantes não concordavam com as divisões dos senhores, se sentindo traídos. Somado ao problema, eles se endividavam muito em compras a fiado nas vendas dos fazendeiros e se viam presos à fazenda, revoltas ocorreram e até uma grande revolta pode ser constatada, em Limeira, no ano de 1857.

As revoltas também preocupavam a *SCI* devido a uma possível má fama do Brasil na Europa. Por isso publicavam em seu boletim reclamações de imigrantes e buscavam ajuda para



resolver seus problemas, como a falta de estrutura, de direitos e o tratamento violento a que eram submetidos pelos senhores.

Incluía ainda nos boletins uma serie de textos descrevendo as coloniais já existentes, o clima da região, as culturas que já eram plantadas e imigrantes que tiveram algum sucesso. Publicavam com a intenção de que as informações circulassem na Europa, muitas vezes nas línguas nativas dos países mais cobiçados, como o francês, espanhol, italiano e alemão.

Além do boletim a *Sociedade* publicou quatro cadernos de propaganda, defendendo o direito dos imigrantes ao acesso a terra, através do texto de André Rebouças, *A democracia rural brasileira* (1887), ao *Casamento civil* (1886), pelo visconde de Taunay, que também escreveu *A nacionalização ou grande naturalização e naturalização tacita* (1887), no qual defendia a naturalização dos imigrantes como cidadãos brasileiros, ao *Ensino técnico no Brasil* (1887), por Tarquinio Souza Filho (LIMA. 2013, p. 9).

Assim, é possível concluir que a *Sociedade Central de Imigração* atuou de maneira autônoma como uma aliada aos interesses dos imigrantes no Brasil nas ultimas décadas do século XIX. Buscavam chamar a atenção da sociedade e do governo a respeito da mentalidade escravista, de desvalorização do trabalho na lavoura, por conseguinte queriam uma conscientização da importância do trabalhador livre, da pequena propriedade e da policultura para a modernização material e social do país, a qual garantiria e seria beneficiada pela inclusão social dos imigrantes europeus como cidadãos brasileiros, de forma a que esses pudessem se reconhecer como parte da nação e se sentir acolhidos no novo país.

A *SCI* acreditava que aqueles que migravam se esforçariam naturalmente no trabalho graças ao sonho da propriedade e da liberdade e o país se desenvolveria na direção do progresso de maneira natural. A opinião da *SCI*, portanto, não deve ser entendida como altruísta, pois estavam mais preocupados com o desenvolvimento econômico, material e social do país, de forma que esse “futuro” também os beneficiasse. Já que também faziam parte desta dita classe intermediária ainda em formação social e cultural.

#### REFERÊNCIAS:

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 5ª edição. São Paulo: UNESP, 2010.

HALL, Michael M. *Reformadores de classe média no Império Brasileiro: A Sociedade Central de Imigração*. Revista de História. São Paulo, ano XXVII, v. LIII, 1976.

HILL, Christopher. *A Revolução Inglesa de 1640*. Tradução Wanda Ramos. Presença. Lisboa. 1983.

HOBSBAWN, Eric J. *A era das revoluções (1789 – 1848)*. 25ª Edição. Tradução: Maria Tereza Teixeira e Marcos Penchel. Paz e terra. São Paulo. 2010.

LIMA, Angela Bernardete. Anais Eletrônicos do II Congresso Internacional de História Regional (2013).

REZENDE, Gervásio Castro de. *Trabalho Assalariado, agricultura de subsistência e estrutura agrária no Brasil: Uma análise histórica*. 1980.